



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 171363 - RJ (2020/0072277-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
SUSCITANTE : GOL LINHAS AEREAS S.A.
SUSCITANTE : GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.
ADVOGADOS : CARLOS JOSÉ ELIAS JÚNIOR - DF010424
OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ E OUTRO(S) - DF015553
BEATRIZ MARTINS COSTA - DF033181
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ
SUSCITADO : JUÍZO DA 30A VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO - RJ
INTERES. : SERGIO DE AGUIAR FIGUEIREDO
ADVOGADO : JOSÉ MARCOS GRILLO SBROCCA - RJ066921

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência com pedido liminar, instaurado por **GOL LINHAS AÉREAS S.A. e OUTRO**, envolvendo o Juízo de Direito da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ, no qual se processa a recuperação/falência do GRUPO VARIG, arrematado em parte pelas suscitantes, e o Juízo da 30ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ, onde tramita Reclamação Trabalhista movida por Sérgio de Aguiar Figueiredo (Processo nº 0097600-98.2008.5.01.0030).

Em síntese, sustentam as suscitantes que o Juízo Laboral, nos autos da referida reclamação trabalhista, está lhes atribuindo responsabilidade por obrigações do GRUPO VARIG, embora exista decisão do Juízo de Direito da 1.ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro declarando não ter havido sucessão empresarial na hipótese.

Alegando que já foram determinados atos constritivos nos autos da demanda trabalhista, com iminência da liberação dos valores arrecadados, requerem que o presente incidente seja decidido de plano, definindo-se, desde logo, o juízo competente para emanar as ordens executórias. No ponto, aduz que "(...) há bloqueio nas contas das empresas Suscitantes para garantir as execuções, em alguns casos, na iminência de serem levantados os valores."

No mérito, as insurgentes pugnam pelo conhecimento do presente incidente, para que seja reconhecida, nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, a competência do Juízo Universal, bem como para que sejam anuladas todas as decisões proferidas pelo juízo reputado incompetente.

É o relatório.

Decisão.

O pedido inicial **não** comporta acolhimento.

1. Nos termos do **art. 66 do NCPC**, o conflito de competência se configura quando dois ou mais juízes declaram-se competentes ou consideram-se incompetentes para o processamento e julgamento de uma mesma demanda ou quando existir controvérsia acerca da união ou separação de processos entre duas ou mais autoridades judiciárias.

O caso dos autos, todavia, não se amolda às hipóteses previstas no referido dispositivo legal porquanto a decisão de fls. 167/168 autoriza o prosseguimento da execução em face da **executada VRG**, não se identificando, pois, qualquer ato construtivo contra as ora suscitantes, impondo-se, nesse contexto, o indeferimento liminar do presente conflito de competência.

No mesmo sentido, confira-se: AgRg no CC 140410/DF, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, DJe de 01/10/2015; AgRg no CC 133290/ SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 18/11/2015; CC 121207/BA, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 13/03/2017; AgRg no CC 116417/RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe de 26/10/2012.

2. Do exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, do NCPC c/c Súmula 568/STJ, **indefiro liminarmente** a petição inicial do presente conflito de competência.

Publique-se. Intimem-se. Após, arquivem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator